ADS ER EOLICA CORREDOR DO SENANDES IV S.A.

tação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPG 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (alocação de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (alocação de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a requisitos 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de estimativa contábil. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e períodos de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação da adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorrem nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a rendimentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **3. Gestão de risco e instrumentos financeiros - a) Considerações gerais e políticas:** A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A classificação depende da finalidade para qual foram adquiridos. A administração determina sua classificação no seu reconhecimento inicial. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia. A Companhia reconhece seus recebíveis inicialmente na data em que foram faturados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b) **Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. b.1) **Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos longo prazo. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros fluante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros				Taxa efetiva em	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2022	Valor	%	Valor
2.863	Alta do CDI	Aplicação financeira	23/01/2023	10,55%	302	13,19%	377
2.863					302		377
							453
							453
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2022	Valor	%	Valor
2.863	Baixa do CDI	Aplicação financeira	23/01/2023	10,55%	302	7,91%	226
2.863					302		226
							151
							151
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2021	Valor	%	Valor
11.147	Alta do CDI	Aplicação financeira	26/01/2022	3,92%	436	4,89%	546
11.147					436		546
							655
							655
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2021	Valor	%	Valor
11.147	Baixa do CDI	Aplicação financeira	26/01/2022	3,92%	436	2,94%	327
11.147					436		327
							218
							218
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2022	Valor	%	Valor
38.135	BNDES	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100	3.460	125	4.325
38.135					3.460		4.325
							5.190
							5.190
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2022	Valor	%	Valor
38.135	BNDES	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100	3.460	75	2.595
38.135					3.460		2.595
							1.730
							1.730
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2021	Valor	%	Valor
42.737	BNDES	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100	3.189	125	3.986
42.737					3.189		3.986
							4.784
							4.784
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2021	Valor	%	Valor
42.737	BNDES	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100	3.189	75	2.392
42.737					3.189		2.392
							50
							50

b.2) **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideramos baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. b.3) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Em 31 de dezembro de 2022	Fluxo de caixa contratual	Menos de 30 dias	Entre 30 e 60 dias	Entre 60 e 90 dias	Entre 90 e 120 dias	Acima de 120 dias
Formecedores	32	32	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	38.135	5.047	5.047	5.047	22.994	-
Dividendos a pagar	1.084	1.084	-	-	-	-
Passivo de arrendamentos	1.219	1.219	-	-	-	-
Outras contas a pagar	326	326	-	-	-	-
Posição líquida	40.796	7.708	5.047	5.047	22.994	-
Em 31 de dezembro de 2021	Fluxo de caixa contratual	Menos de 30 dias	Entre 30 e 60 dias	Entre 60 e 90 dias	Entre 90 e 120 dias	Acima de 120 dias
Formecedores	218	218	-	-	-	-
Partes relacionadas	1.197	1.197	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	42.737	5.009	5.009	5.009	27.710	-
Passivo de arrendamentos	1.287	1.287	-	-	-	-
Dividendos a pagar	2.514	2.514	-	-	-	-
Outras contas a pagar	468	468	-	-	-	-
Posição líquida	48.421	10.693	5.009	5.009	27.710	-

c) Classificação dos instrumentos: A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada abaixo em 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	6.567	11.874
Títulos e valores mobiliários	4.390	3.279
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	4.029	5.158
Outros recebíveis	23	262
	15.009	20.573
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Formecedores	32	218
Empréstimos e financiamentos	38.135	42.737
Passivo de arrendamento	1.219	1.287
Partes relacionadas	1.197	1.197
Dividendos a pagar	1.084	2.514
Outras contas a pagar	326	468
	40.796	48.421

Classificação contábil e mensuração dos valores justos: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os pre-

ços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

	Mensuração a valor justo	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	6.567	6.567	11.874	11.874
Contas a receber de clientes	Nível 2	4.029	4.029	5.158	5.158
Outros recebíveis	Nível 2	23	23	262	262
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	4.390	4.390	3.279	3.279
		15.009	15.009	20.573	20.573
Passivos					
Formecedores	Nível 2	32	32	218	218
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	1.197	1.197
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	38.135	38.135	42.737	42.737
Passivo de arrendamento	Nível 2	1.219	1.219	1.287	1.287
Dividendos a pagar	Nível 2	1.084	1.084	2.514	2.514
Outras contas a pagar	Nível 2	326	326	468	468
		40.796	40.796	48.421	48.421

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021: • Caixa e equivalentes de caixa: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • Contas a receber de clientes e partes relacionadas: decorrem diretamente das operações da Companhia e seus clientes e são classificados como curto. Os valores oriundos líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Empréstimos e financiamentos: são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores contratuais. • Formecedores a pagar e fornecedores partes relacionadas: decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias da Companhia com seus fornecedores e são classificados como custo amortizado. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Outros recebíveis e outras contas a pagar: são apresentados pelo seu valor original que se assemelha ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras. d) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para, assim, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. O índice de endividamento em 31 de dezembro pode ser assim resumado:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	38.135	42.737
Passivo de arrendamento (Nota 10)	1.583	1.564
(i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(6.567)	(11.874)
(ii) Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	(4.390)	(3.279)
Dívida líquida	28.761	29.148
Total do patrimônio líquido	49.506	53.736
Total do capital	78.267	82.884
Índice de alavancagem financeira - %	37%	35%
4. Caixa e equivalentes de caixa		
	2022	2021
Caixa e bancos	3.704	727
Aplicações financeiras (i)	2.863	11.147
Títulos	6.567	11.874

Referem-se a certificados de depósito bancário, remunerados entre 90% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), em 2022 e 2021 em liquidez imediata.

5. Partes relacionadas

	2022	2021
Dividendos a pagar	1.084	1.317
Outras contas a pagar	-	-
	1.084	1.317

ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A. ADS ER Vento Araganol S.A. (i) Referem-se a pagamentos e gerenciados pelo Grupo NC, não existem valores de remuneração pagos a pessoas físicas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

6. Contas a receber de clientes	2022	2021
Direitos a faturar (i)	3.822	3.527
Clientes nacionais (ii)	207	1.631
Total	4.029	5.158

(i) Os saldos de direitos a faturar referem-se ao faturamento de energia elétrica que são faturados 60 dias após a medição; (ii) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as análises de vencimentos de contas a receber de clientes nacionais encontram-se em aberto, conforme a seguir:

	2022	2021
Vencidos:		
Até três meses	207	50
De três a seis meses	-	175
Acima de seis meses (a)	-	1.631
Total	207	1.631

(a) A companhia possuía saldos a receber vencidos classificados como "Acima de seis meses" o qual não foram provisionados para perda em 2021. Em 2022 esses saldos foram recebidos e/ou baixados. **7. Títulos e valores mobiliários** - Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 4.390 (R\$ 3.279 em 2021), remunerados em 99% do CDI em 2022 e 2021, refere-se às garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES (Nota explicativa 10), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais.

8. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamento

	Terrenos	Imóveis	Total
a) Direito de uso de ativos, líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	1.275	143	1.418
Adições e renovações	-	162	162
Depreciação	(51)	(82)	(133)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	1.224	223	1.447
Adições e renovações	-	137	137
Depreciação	(51)	(103)	(154)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.173	257	1.430
b) Passivo de arrendamento			
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	1.341	143	1.484
Adições e renovações	-	162	162
Juros incorridos	144	36	